

IN MEMORIAM DE VIEIRA DE ALMEIDA

Melhor ou pior, a obra é de análise, não de apologia, combate ou prédica. O autor não se dispensa de examinar qualquer doutrina, só por não concordar com ela (ou com elementos de ela) nem se contenta com aplaudi-la, se algum (ou alguns) de seus aspectos o satisfaz.

Esta posição não é, certamente, a mais aceita, mas é a preferida sempre pelo autor.

VIEIRA DE ALMEIDA

○ *S Aspectos da Filosofia da Linguagem* datam de 1959 e nesse livro se tratam alguns problemas lógicos e filosóficos que o tema implica. Trata-se de um dos livros mais acessíveis que Vieira de Almeida escreveu e nesse sentido até o rigor nocional nem sempre é conseguido.

Toda a exposição é ou está cativa das posições lógicas e filosóficas já reveladas noutros lugares e que tem equivalente europeu no chamado positivismo lógico. Esta possível filiação filosófica, cumpre dizê-lo, foi refutada sempre pelo próprio Vieira de Almeida, que numa carta me observou não ser essa exactamente a sua posição em Filosofia. O facto no entanto é que fora dos quadros do neo-positivismo não há qualquer analogia com as correntes dominantes do nosso tempo.

Em certo sentido, no entanto, o livro apresenta-se como desilusão para o leitor habituado às questões de filosofia da linguagem em língua inglesa e alemã. O aspecto mais tocado parece sempre ser estilológico: mas uma procura mais cuidada revela os problemas propriamente filosóficos da linguagem que se procuravam. São exactamente estes os que são alvo duma análise nem sempre isenta de contradições ou imprecisões. A leitura deste livro, obrigatória para os profissionais da filosofia, não deixa de ter menos interesse para críticos literários, se ainda os há. Neste artigo vamos examinar os aspectos filosóficos que nos parecem merecer maior destaque.

i) A pág. 9 lê-se: *A Língua, como a Terra, não está imóvel pelo seu grande «pesume»; gravita em torno do pensamento e da vida, que também não são imóveis.* Trata-se evidentemente duma proposição que se deve explicitar fazendo algumas substituições.

Por imobilidade da língua ou da linguagem pretende-se exprimir aquilo a que se chama noutros lugares o seu carácter não absoluto, mutável, variante. Conjunto de variáveis que se vão transformando em constantes a partir do pensamento e da vida. Mas como estes também não são imutáveis parece portanto afirmar-se um jogo recíproco de influências e acções confinantes.

Mas o que interessava explicar era precisamente como esse jogo se desenvolve e opera. Porque o pensamento e a vida são o tipo de «maus» substantivos para designar o processo que se procura. Não se vê, pois, nem como estes determinam aquela nem como. uma vez que também não são imutáveis, se realizam as acções confiantes.

Certamente que a linguagem não goza de qualquer estatuto privilegiado de imobilidade, termo também metafísico e aleatório, no sentido que tem outros usos menos obscuros. Mas a sua determinação a partir do chamado pensamento é que parece tornar-se numa má explicação, por demasiado vaga. Se é o pensamento o tal imóvel que se procura, são repostos problemas do tipo «o que significa determinar por?»

O que parece ter confundido a análise foi a dificuldade de assumir a determinação do pensamento pela linguagem e a convicção de que a linguagem não goza de prerrogativas absolutas. Mas a contradição não é visível. Se não sabemos até que ponto a linguagem é determinada pelo pensamento sabemos com razoável precisão até que ponto é o pensamento determinado pela linguagem. E soube-o o próprio Vieira de Almeida, autor da I Parte da *Iniciação Lógica*, onde as suas vistas sobre o problema pareciam ser mais conseguidas.

O que mereceria mais desenvolvimento seria a noção de gravitação em torno da vida, metáfora evidente para exprimir a influência do uso nas estruturas linguísticas. Aliás a própria noção de estrutura aparece minimizada em face da intenção relativizadora. Seria pois a noção de uso que permitiria uma nova aproximação do problema, certamente mais segura e rica do que a metafóricamente enunciada acima.

As conclusões que se seguem à proposição citada afastam-se já da linha dos problemas enunciados. É mais tarde que aparece a citação de Charles Serrus, transcrita por Vieira de Almeida e cujo significado daria lugar a longas discussões. Aí Serrus afirma que a lógica duma proposição não se deve construir sobre o pensamento enunciado *«visto a forma nunca apresentar garantia suficiente de exactidão, mas sobre a intenção do sujeito que se exprime»*. Ocorre pois perguntar como

construir as intenções e em que base se torna possível encontrar a lógica duma proposição. Se a forma nunca é exacta, como pretende Serrus, o problema consiste então em encontrar um padrão funcional de exactidão. A dificuldade em encontrar esse padrão, que pode ser até convencional, não implica a liquidação do problema pelo lado da intenção. E como erigir afinal a intenção em categoria lógica? Qual o método? Qual o valor inter-subjectivo e nocional?

São tratadas seguidamente as relações entre a Lógica tradicional e a Retórica. Ambas pretendem a normativização, aquela do pensamento esta do discurso falado ou escrito. E são bem fundamentadas e elegantemente expostas as razões que tornam ridículas as ambiciosas tentativas da Retórica. Mas o paralelo não deixa de se prestar a algumas reflexões. Porque até que ponto é que são idênticas as pretensões da Lógica e da Retórica? Ou mais exactamente ainda, quando e como a lógica de Aristóteles pretendeu a normativização do pensamento? O que não se vê com suficiente clareza é a intenção normativa do *Organon*. Pelo contrário é o próprio *Organon* que fornece abundantes exemplos duma compreensão da linguagem para lá e liberta das barreiras conceptuais. Certamente ainda, como realça Vieira de Almeida tanta vez, que a tendência classificadora da lógica de Aristóteles foi um obstáculo à sua aceitação pelos tempos modernos. Mas quere-nos parecer exactamente que essa tendência classificadora, portanto manifestamente descritiva, impede a lógica do *Organon* de se arvorar em norma única e incontestada do pensamento.

O mesmo movimento não se verifica na Retórica que se transformou ainda no tempo de Tertuliano e Cícero, em receituário e formulário de bom gosto literário. A Retórica sistematiza os pressupostos e os canons do bom gosto: a lógica do *Organon* ao estudar as formas válidas de silogismo não pretende qualquer espécie de arregimentação do pensamento.

Teria sido necessário entrar em linha de conta com a interpretação de Lukasiewicz da silogística de Aristóteles para salvaguardar as intenções do Estagirita.

Esse esforço inexplicavelmente nunca foi feito. Aristóteles aparece sempre reduzido às proporções do lógico dos compêndios do séc. XVII.

O I capítulo alude ainda à gramática de Fernão de Oliveira, de 1536, onde é copiada, com o comentário «no aspecto normativo teve concepção larga», a citação seguinte: «Não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens». E certamente que é de dar razão a Fernão de Oliveira e não ter desconfianças da língua. Mas já a segunda parte da frase parece mais ambígua. Os homens fazem a língua mas a língua não faz os homens: o que equivale

a dizer que estamos perante um organismo morto. A língua começa por ser feita e nós acabamos por ser feitos por ela. E é toda a forma passiva «ser feito por» que merece cuidadosa análise. A maneira mais correcta de a entender será numa forma incoativa. E assim começamos por ir fazendo uma linguagem para nos libertarmos das nossas necessidades: e essa linguagem vai surgindo a pouco e pouco, cresce, expande-se e um dia deixamos de agir sobre ela e passamos a ser seus agentes. Assistimos à criação duma linguagem desse tipo na I Parte das *Investigações* de Wittgenstein e vemos depois até que ponto a linguagem se transforma numa espécie de via única sobre a qual temos que efectuar os nossos movimentos.

De resto seria muito mais coerente com as posições anteriores de Vieira de Almeida a determinação linguagem-pensamento. E assim se compreende que Vieira de Almeida prefira a gramática de Fernão de Oliveira à de João de Barros onde lemos coisas de sabor perfeitamente contemporâneo. Diz João de Barros, em 1540, que a língua se assemelha ao «*jogo do enxadrez*». Tal como no jogo há dois reis, o nome e o verbo: a rainha ou dama do primeiro é o pronome, do segundo é o advérbio.

Tanto quanto conhecemos, só com Wittgenstein se voltou a comparar o funcionamento da linguagem ao dum jogo e o exemplo muita vez escolhido pelo autor das *Investigações* é o jogo do xadrez. Mas esta analogia de funcionamento parece assustar Vieira de Almeida que a classifica de «pouco feliz». Seria a partir daqui que se construiria uma noção de regra, convenção ou uso que permitiria uma análise mais efectiva da estrutura linguística. Mas neste aspecto Vieira de Almeida parece estar especialmente refractário a noções como «regra» ou «convenção» em virtude da já aludida analogia com a retórica e a normatização que se pretende evitar. Mas não se vê até que ponto é que a regra do jogo ou a convenção contratual dos jogadores de bridge tenha o carácter de norma indisputada e de entidade reguladora do conhecimento.

ii) O cap. II denominado *Psicologia e Sintaxe* abre com uma notável referência a um velho problema da análise. Diz-se a certa altura, pág. 44, «*A palavra calor por cousificar um imaginário substantivo, retardou o desenvolvimento da Física, implicando a indestrutibilidade de esse elemento.*» Esta proposição é comparável à análise que Ryle fez dos equívocos originados pelas palavras substantivas «ponto» e «matéria». Diz Ryle que parte dos erros da mecânica de Newton e Descartes foi motivada pela substantivação das noções que se exprimem pelos nomes-substantivos que servem para a sua designação.

E é este o mérito de Vieira de Almeida: ter visto com a mesma clareza a possibilidade de equívoco patente nas formas substantivas. O problema aqui consiste em saber qual é exactamente a função designativa ou referitiva do substantivo gramatical. Esse problema já aparece no *Crátilo* de Platão, como salienta Vieira de Almeida, na discussão entre Sócrates e Hermógenes. E aí parece ser Hermógenes quem tem razão. Para Hermógenes a função é meramente de ordem convencional e nunca real, de *res*, coisa. Se o substantivo designa alguma coisa de real é apesar dele e não por causa dele. Sócrates, na base do futuro sujeito lógico do *Organon*, pensa que há sempre adequação real do nome e da coisa nomeada.

É Hermógenes que está na pista da noção mais adaptável e funcional de adequação meramente convencional. Em certo sentido podemos dizer que Hermógenes se antecipa ao slogan de Ryle «*a frase tem sentido não por referir coisas, mas refere coisas por ter sentido*». O sentido é aqui entendido não como referência a coisas (ou os objectos da antiga linguagem do positivismo lógico) mas como justeza de funcionamento da frase no seio das suas próprias regras. Uma jogada de xadrez é correcta quando as regras são observadas e as peças funcionam de acordo com o seu comportamento normal. A frase com sentido é aquela em que as regras de estrutura são cumpridas e as palavras não estão a executar comportamentos «patológicos».

Uma noção bastante menos clara é a que aparece um pouco mais tarde: trata-se das correspondências entre a linguagem do surdo-mudo e a linguagem corrente.

Diz Vieira de Almeida que a linguagem do surdo-mudo é apenas mímica, sugestiva e que a linguagem corrente é antes de tudo expressiva. Parece pois pretender-se com isto que a linguagem corrente exprime enquanto que a linguagem do surdo-mudo apenas sugere. Temos assim uma diferenciação marcada entre a mímica e a linguagem escrita ou falada e ao que parece atribuindo-se a esta e só a esta a possibilidade de exprimir. Deduzindo: a linguagem mais perfeita (a falada ou escrita) é a que exprime e as linguagens sincopadas, abreviadas e imperfeitas nada mais conseguem do que sugerir.

Fácil se torna ver pois até que ponto «exprimir» é neste contexto algo de demasiado indeterminado para ter sentido. O ponto está em que ambas as linguagens nem exprimem nem sugerem como resultados funcionais diferenciados. O ponto está em que ambas têm que realizar a sua tarefa e designar essa tarefa por expressão ou sugestão é um recurso inútil. E o perigo ainda está em que ao atribuir-se características diferenciadas, se pode pensar também em características valorativas. As linguagens em questão não são melhores nem piores, mais ou menos

perfeitas. Um outro perigo ainda consiste em atribuir-se à noção de sugestão da linguagem do surdo-mudo um estatuto epistemológico diferente do da expressão da linguagem corrente. Expressar não é afinal mais do que sugerir nem sugerir menos do que exprimir. Em ambos se toca no impreciso, no nebuloso, em ambos se deixa em suspenso, em ambos a coisa não é atingida na sua totalidade.

Certamente que nós estaríamos singularmente alterados e mesmo diminuídos se tivéssemos que deixar de utilizar a nossa linguagem e passar a utilizar apenas a mímica do surdo-mudo. Mas as diferenças são apenas acidentais e a breve espaço o equilíbrio estaria restabelecido. Que diferença existe entre a expressão «esta folha de papel» e a mímica correspondente? Ambas realizam o mesmo fim, nem mais nem menos perfeitamente. Poder-se-ia pensar que a linguagem escrita possui uma extensão, isto é, recursos que a mímica do surdo-mudo não consegue acompanhar. Mas isso também não parece ser uma diferença de estrutura e seria aqui necessário o testemunho dum surdo-mudo para nos dizer até que ponto consegue realizar noções mais abstractas do que «esta folha de papel».

O impulso de desnortivização altera a clareza da análise da pág. 47 onde se diz «*Se a reacção é provocada por exemplo por um sentimento de dor ou de medo, como exigir ou sequer esperar que alguém grite em qualquer dos casos de acordo com a gramática?*»

E o que é gritar sem gramática? Pergunta paralela da primeira que atesta bem o seu carácter arbitrário. Gritar com gramática ou sem gramática é uma expressão sem qualquer sentido. A alteração gramatical hipoteticamente verificada numa expressão interjeicional ou numa simples frase de dor parece pois em extremo artificiosa. Quem grita com dor não o faz contra a gramática nem a favor da gramática, no sentido em que não está procurando as regras para o fazer. Nesse sentido também não está a procurar fugir às regras da gramática para melhor ou pior exprimir a sua dor. Acrescenta Vieira de Almeida: «*trata-se de impulso psíquico e não de catálogo vocabular*». E certamente que esse catálogo não existe. E todas as pessoas que já gritaram com dor ou por qualquer outro motivo sabem que a gramática não estava nem presente nem ausente. Não estava lá como intenção, como coisa para a qual se olha sem saber ao certo se se toma ou se se larga.

Mais pertinente é a afirmação seguinte «*Toda a palavra pode ser interjectiva, porque a interjeição é uma função e não uma palavra ou conjunto de palavras.*» E isto envolve o problema geral dos neologismos que neste caso tem uma acuidade muito particular. A pessoa que grita com dor pode exprimir-se com um neologismo, mas isso não significa que tenha havido rebelião à gramática existente.

Poderei estar a dar a impressão de que sou um defensor intransigente da gramática e da regulação da linguagem pela gramática dos gramáticos. Não é disso que se trata mas de pôr a claro a inadequação da expressão «gritar sem gramática», sobretudo quando a essa expressão é atribuído um certo valor normativo. Estamos pois diante dum uso indevido da expressão gritar com, aliás típico de metáforas semelhantes mas às quais não é atribuído valor explicativo. Gritar com tem uma lógica particular: gritar com dor, ansiedade, tristeza, violência, energia, entusiasmo, exaltação; ainda gritar com frequência, raramente, poucas vezes. Gritar com pede substantivo ou advérbio que explicitam a acção. Gritar com gramática é tão absurdo como correr com os olhos, comer com as cadeiras ou nadar com as enteléquias.

Não parece igualmente conclusiva a análise feita a pág. 55 da expressão «essa obra tem tido larga venda» onde se pretende ver um desaparecimento do sujeito gramatical. «*Em qualquer dos casos o sujeito gramatical não é o centro de interesse do pensamento; é apenas o domínio a que o interesse se refere.*» Mais uma vez estamos diante de palavras e não de noções porque a diferença entre «centro de interesse» e «domínio a que o interesse se refere» é nula. As diferenças são puramente vocabulares e diria mesmo estilísticas. Domínio é calão lógico, centro de interesse pertence ao vocabulário da velha psicologia e da linguagem corrente. Mas o facto é que nem o vocabulário mais cuidado nem a formalização mais estrita conseguem alterar o «universo dos referidos». As operações aritméticas têm o mesmo funcionamento e os mesmos resultados nas contagens dos primitivos e nos sistemas dos matemáticos.

É aliás justa a intenção que preside à abolição do sujeito gramatical mas não parece ter sido conseguida com um argumento conclusivo. É bastante mais feliz e pertinente o passo seguinte. Refere-se às relações lógicas elementares onde em expressões do tipo $x=y$ e $x \rightarrow y$ apresentam completa inexistência de sujeito. No primeiro exemplo a simetria da relação e no segundo a convertibilidade da implicação fazem com que o sujeito se dissolva. Apenas aqui estamos situados numa zona linguisticamente rarefeita, onde as observações que temos vindo a fazer não têm cabimento. E de resto não é da linguagem lógica que o livro trata mas da linguagem corrente.

iii) O capítulo III ainda intitulado *Sintaxe e Psicologia* é talvez o mais rico em sugestões e análises. Abre com a ideia de que a linguagem representa uma espécie de infra-estrutura da comunicação humana. Embora não seja suficientemente precisada a noção de infra-estrutura pode seguir-se o raciocínio em expressões como: «quando ao aprender a falar nos encontramos com uma linguagem feita, modelada por séculos

de vida social, portanto dotada de uma infra-estrutura de larga tradição, adoptamos um conjunto de hábitos e atitudes nela implícitos» (pág. 75). Fácilmente se vê até que ponto esta noção é incompatível com outras desenvolvidas anteriormente, nomeadamente a persistentemente aflorada ideia de que a linguagem *é feita por* e não tem valor regulativo do comportamento e do pensamento.

O novo esquema epistemológico é aliás ainda mais alargado quando se lê ainda na mesma página *«esse extraordinário alargamento do campo da comunicação não só disciplina e orienta diferenças individuais... como possibilita a comunicabilidade de infra-estruturas diferentes.»*

Teremos assim na sequência do que escreve Vieira de Almeida que é à linguagem que cabe a função de inter-subjectivação das experiências individuais como sobretudo essas são disciplinadas e orientadas pela linguagem. O que interessava aqui saber seria até que ponto essa disciplina exercida sobre as experiências individuais é restrictiva ou amplificadora das mesmas experiências. O que equivale ainda a perguntar se a própria experiência é ou não limitada e circunscrita pelas estruturas linguísticas de que dispomos.

Ocorreria aqui analisar o já clássico estudo de Austin *Other Minds* e ver em que medida a própria noção de subjectividade e correlativamente de inter-subjectividade consegue manter-se num quadro explicativo que leve em consideração os limites acima aludidos. Mas estes problemas não encontraram nem eco nem tratamento no livro que estamos a analisar nem que eu conheça em qualquer outro estudo de Vieira de Almeida. Parece-nos pois que Vieira de Almeida se identifica ainda neste ponto com a noção tradicional de subjectividade-alteridade como conceitos polares de realidades distintas e linguisticamente exprimíveis.

Ao contrário pensamos que uma análise mais cuidada do problema nos levaria à abolição do conceito tradicional de «eu» e «outro» ou até à sua simples identificação lógica. Apenas daí decorrem uma série de consequências chamadas filosóficas e até com pertinência nos domínios da psicologia, talvez também incompatíveis com a simpatia tantas vezes manifestada por Vieira de Almeida pelas formas clássicas de idealismo.

Perfeitamente razoável nas conclusões embora confusa e ambígua na a expressão é a tese de Schopenhauer segundo a qual aprender uma língua é aprender a «substância da lógica». Para lá do carácter metafísico da expressão há a relevar a coerência na ideia de que uma língua contém afinal toda uma lógica no seu funcionamento interior, lógica essa que por não ser a do padrão logístico não é menos importante e característica.

Mas aqui estamos ainda em face de nova incompatibilidade com teses anteriores defendidas por Vieira de Almeida. Porque se admitimos

que uma língua constitui uma lógica determinada e cuja observância nos garante a perfeita adaptação semântica das proposições, não se vê como se pode defender a tão extrema *outrance* a ideia de *fazer a língua* para fins determinados: sobretudo quando esta última ideia pretende expulsar a possibilidade de interveniência da linguagem, interveniência activa e condicionante.

Todos sabemos até que ponto as estruturas linguísticas do grego determinaram a constituição da lógica do *Organon*. E é nesse sentido ainda que a expressão de Schopenhauer é conclusiva.

Menos exacta e bastante menos analítica é a tese de Berkeley apoiada por Vieira de Almeida, segundo a qual é a linguagem a fonte e a origem de todos os erros. Diz Vieira de Almeida: «*E Berkeley... viu logicamente a fonte de muitos erros, o que é exacto, independentemente da concepção epistemológica berkeleyana.*» Há aqui a contestar duas coisas fundamentais: a primeira que não foi logicamente que Berkeley viu tais coisas na linguagem, a segunda que não tem qualquer sentido afirmar-se a linguagem fonte de muitos erros.

Não é a linguagem que é fonte de muitos erros. É antes a Filosofia que promove e desencadeia os erros a que Berkeley se refere. A linguagem não está certa nem está errada, não contém verdades, falsidades, proposições de veracidade contestável, etc., como parece depreender-se do esquema de Berkeley e Vieira de Almeida. A linguagem está bem como está. Não é ela que conduz a erros nem a descobertas fundamentais. Tal como o capitão não diz que é o mar a origem dos seus erros de navegação, não há que imputar à linguagem os erros dos filósofos. São antes os filósofos, ignorando a lógica da linguagem, saltando por cima dela ou esquecendo-a pura e simplesmente, os fautores dos erros berkeleyanos.

Poder-se-ia argumentar dizendo que a linguagem nos ilude e nos arrasta para concepções falsas. Não é ela que ilude somos antes nós que ao fazer filosofia desprezamos as regras do jogo linguístico e nos afastamos da sua lógica.

Disse o já citado Gilbert Ryle que a linguagem corrente não tem qualquer espécie de lógica exacta. E isto convém aqui lembrar quando se pretende que foi logicamente que Berkeley viu os erros a que a linguagem conduz. A proposição de Berkeley é muito meramente apodíctica, objectivação de intenção, como Vieira de Almeida aliás analisa anteriormente e com extrema acuidade. São de resto dessa natureza as proposições dos filósofos: pretende-se dar justificação objectiva e racional a sentimentos, intenções e emoções que estão na base do chamado raciocínio ulterior.

A noção de erros da linguagem torna-se ainda mais clara se a compararmos com a noção de erros no xadrez. Berkeley faz um raciocínio de mau jogador ao atribuir às peças o inêxito das suas jogadas. E assim se vê até que ponto não tem sentido dizer-se que a jogada foi malograda em «virtude da torre não andar diagonalmente». O jogador de xadrez tem que dar às peças o seu funcionamento estipulado nas regras e só a partir daí pode obter jogadas lucrativas. Análogamente podemos dizer que não são os substantivos nem os infinitos verbais substantivados as causas dos nossos erros filosóficos. São os filósofos que não dão a essas formas linguísticas o seu funcionamento adequado. Ou pretendem esquecê-lo.

O problema a seguir analisado é o da anterioridade da linguagem ao pensamento, enèrgicamente mas não conclusivamente repudiada por Vieira de Almeida. Diz-se a pág. 77: «*Afirmar a linguagem ser a vestidura do pensamento... corresponde a supor que: a) o pensamento contém apenas a actividade mental em que a análise da expressão é já possível, i. e., a fase do raciocínio intencional; b) que são separáveis na realidade, em vez de só poderem sê-lo abstractamente.*»

Em primeiro lugar há que assinalar a contradição com posições anteriores já referidas. Na lógica do que se dizia no início do cap. III seríamos levados a pensar que proposições deste tipo já não apareceriam mais. E eis que aparecem e com recursos linguísticos bem claros.

Assinale-se em segundo lugar a clara substantivação cousificante e substancializante de «o pensamento contém, etc.». O problema surge à volta da lógica do verbo «conter» e do seu respectivo sujeito. Compare-se:

- 1) — a estante contém 3 livros
- 2) — a bolsa contém 3 moedas
- 3) — esta árvore contém 4 frutos
- 4) — o pensamento contém 5 actividades
- 5) — a alma contém 6 faculdades
- 6) — o ser contém 8 camadas óticas

Nas seis proposições em epígrafe as 3 primeiras correspondem a proposições da linguagem comum em que as estruturas linguísticas foram respeitadas. As três últimas com as devidas correcções são típicas da linguagem dos filósofos e bastante expressivas na sua forma. O que se passou com as três últimas proposições foi o chamado erro de categoria de Ryle. Consiste este erro em utilizar uma forma linguística, válida em determinada zona da linguagem, noutra zona, deslocando-a. As três últimas proposições são típicas dessa deslocação geográfica da sintaxe das três primeiras.

Essas deslocações ocorrem a cada passo em filosofia. E há assim toda a tarefa de as restituir à sua geografia exacta, tarefa que pertence à análise da linguagem.

A proposição número 4 do nosso exemplo pertence justamente a este tipo de erro. E portanto a ideia segundo a qual o pensamento contém um determinado número de actividades não passa de um mau argumento. Pode evidentemente argumentar-se que o uso de metáforas altera as possibilidades do diagnóstico feito acima. Apenas aqui não se trata de metáfora mas de pretensa explicação filosófica.

Idênticas considerações se poderiam fazer a propósito da alínea b) do argumento de Vieira de Almeida. Nesse se afirma a distinção a manter entre «separação na realidade» e «separação em abstracto». Em primeiro lugar será a própria noção de separação, aplicada neste domínio, que não está clarificada e explicitada. E transposições desse tipo estiveram na origem dos equívocos de Platão na sua Teoria das Formas: e o caminho esteve pois em abolir muito simplesmente a noção de separação. E isto não porque a linguagem é «pobre» e «imprecisa» mas porque é preciso respeitar a gramática de «separação» nos seus devidos contextos. Geómetras e topógrafos, agricultores e futebolistas nunca tiveram problemas suscitados pelos sofismas da «separação». Esses problemas só os têm os filósofos.

Seria portanto preferível manter a «vestidura do pensamento pela linguagem» se se fizessem algumas precisões adequadas. E essas precisões seriam no seguinte sentido: a linguagem veste o pensamento no sentido em que o *embrulha*, em que o envolve, em que o abarca, limita e propõe caminhos. Funciona como vias férreas sobre as quais os comboios não têm outra alternativa senão utilizá-las, sob risco de se despenharem. Diante da linguagem estamos também sem alternativas. Não há meios melhores nem piores. É um meio único, quer no aspecto de constituição quer no aspecto de funcionamento.

Muito mais exacta é a ideia expressa mais tarde (pág. 84) e essa já recordando o Vieira de Almeida de outros lugares: «*Não há verdadeiramente o pensamento e a linguagem.*» E não os há realmente como coisas em si, na velha linguagem da ontologia. Eles estão aí nas suas dependências, acções recíprocas, e sobretudo no extenso domínio da linguagem sobre aquele. É exactamente por isso e quase só por isso que se lê com manifesto desgosto a conclusão que Vieira de Almeida tira do facto. «*Um e outra vêm de uma espécie de nebulosa inicial, perceptível ainda no falar e no pensar de povos primitivos... etc.*» Evidentemente se vê que não se trata nem duma conclusão nem muito menos duma explicação. A função da nebulosa aqui é com certeza unicamente

alegórica, mas ocorre-nos perguntar qual é o *estado das coisas* a que a alegoria da nebulosa pretende fazer referência.

E a nebulosa aparece ainda mais adiante ao dizer-se que a linguagem «espelha a nebulosa psíquica primitiva». Sentimo-nos muito perto das explicações míticas dos pré-socráticos e das cosmologias do tipo do *Timeu*. De momento parece ser mais prudente a rejeição pura e simples de teorias sobre a precedência da linguagem e do pensamento a partir duma raiz comum. O problema só recebe uma resposta satisfatória em termos que são necessariamente não filosóficos. No mesmo sentido ainda se pode dizer que fica sem resposta a questão de saber se a linguagem espelha ou não a nebulosa psíquica primitiva. Seria primeiro necessário saber de que se trata.

A pág. 91 têm lugar uma série de valiosas considerações sobre o verbo *ter* e o chamado problema dos valores. Vale a pena transcrever na íntegra uma análise tão clara: *«A existencialidade específica e predi-cativa, formada em um grupo de línguas pelo verbo ser, vem juntar-se a segunda forma referida de substantivação: a da posse, constituída pelo verbo «auxiliar» ter. A palavra «auxiliar» usada pelos gramáticos respeitava apenas ao domínio morfológico, à conjugação verbal; mas é mais importante o carácter auxiliar ou, se preferirmos, «bordão» sintático, por ser ao mesmo tempo simplificação linguística e perigo interpretativo: porque resultando de uma inteligência imediata da realidade, ou melhor, estruturando imediata e intensivamente uma realidade, aparece depois como expressão adequada de uma realidade de outro nível... Um dos exemplos mais flagrantes é o da metafísica ontológica dos valores, onde expressões como — os valores têm polaridade — tomam no conjunto aspecto de conclusões, sendo na verdade pontos de partida psico-linguísticos. Entre a fórmula «Neptuno tem um tridente» ou «Apolo tem uma lira» e «os valores têm hierarquia» a simetria é completa; a diferença está em que tendo desaparecido Neptuno e Apolo de qualquer crença objectiva nossa, isto é, tendo-se transformado a nossa atitude relativamente àqueles deuses, ninguém se lembraria de concluir em círculo «Neptuno existe, porque tem um tridente» ou «Apolo existe e tanto assim é que toca lira»; e no entanto encontra-se quem pense «os valores existem e tanto que têm hierarquia». O raciocínio é do mesmo tipo; a atitude não permite aceitar o primeiro; mas aceita o segundo e o seu carácter de consequência. Há realmente um sentido em que pode dizer-se que os valores «existem»; mas é funcional e não mitológico; ou ontológico, o que é o mesmo» (págs. 91-92).*

iv) — O livro termina com um capítulo sugestivamente intitulado *Da Filosofia da Linguagem* em que se resumem as posições anterior-

mente analisadas. Aparecem os mesmos equívocos e os mesmos passos claros e bem estruturados. Voltam, a aparecer proposições como «*a linguagem pela sua formação histórica é de carácter ontológico*» sobre cujo significado e falta de sentido já não vale a pena insistir e «*basta recordar o que tem sido e continua a ser a retórica das essências, existências, valências, para se reconhecer quanto a linguagem encerra de vantagem e perigo*».

Se é clara e pertinente a alusão à retórica das essências, valências, etc., é no entanto bastante menos adequada a ideia da linguagem como coisa que encerra vantagens e perigos. Nem se percebem as vantagens nem se percebem os perigos.

A leitura deste artigo poderá dar a noção evidentemente falsa de que o autor se coloca diante dos problemas com a intenção de destruir o texto que analisa. Mas pareceu muito mais correcto e muito mais digno da memória de quem foi o Prof. Vieira de Almeida fazer não uma apreciação encomiástica mas crítica, vivamente crítica. Como disse Nietzsche, «mal vai o mestre se o aluno o não ultrapassa». E se se tirar desta expressão todo o conteúdo de valor, estaremos ainda a ser os mesmos alunos do velho mestre.

No fundo o problema está em que o Prof. Vieira de Almeida deixou de seguir a evolução que a filosofia da linguagem fez a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi com ele que iniciámos uma procura que ainda não acabou mas que nos levou para o ambiente filosófico inglês de Oxford; ele determina as nossas posições e esclarece o antagonismo com as primitivas posições do círculo de Viena, em parte assumidas pelo Prof. Vieira de Almeida.